Brasília-DF

DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Haverá baixas

Líderes partidários ouvidos pela coluna não pretendem vir a Brasília, na semana que vem, para a solenidade de dois anos dos atos antidemocráticos de 8 de janeiro. Acreditam que a democracia é um valor consolidado e não querem interromper o recesso por causa do evento no Palácio do Planalto.

Vários motivos

Uma das justificativas é marcar a insatisfação no trato das emendas, em especial, o fato de o governo pegar parte das emendas e mudar a destinação dada pelo conjunto dos deputados de um determinado estado, o que ocorreu no Ceará. A outra razão da ausência é não colocar azeitona na empada de Lula.

Nem tudo é 2026

Um dos motivos pelos quais o governo insiste em fazer a solenidade para marcar o 8 de janeiro é ter um contraponto à vontade de parte dos congressistas em aprovar a anistia para aqueles que participaram dos atos antidemocráticos em 2023.

Uma pedra no sapato

O governo federal não manda nas tarifas de ônibus das prefeituras, mas os aumentos promovidos esta semana devem impactar na inflação, que já incomoda o governo e os eleitores antes do reajuste do transporte público anunciado em sete capitais. Se apertar demais, a turma de Lula fará uma campanha para dizer que cobrem dos prefeitos.

Onde mora o perigo

Em 2013, o reajuste das tarifas ficou para meados do ano e foi o estopim de manifestações contra o governo Dilma Rousseff. Se isso se repetir, vai respingar novamente no governo federal, e não apenas nos prefeitos.

O leque aberto do PSD

A um ano e meio do início da campanha de 2026, o PSD abre o leque de opções. Ao mesmo tempo em que se mantém firme com seu presidente, Gilberto Kassab, no cargo de secretário de Governo de Tarcísio de Freitas no estado de São Paulo, tem o prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman, mais próximo do PT, ao entregar ao partido de Lula uma secretaria de combate à fome. Paralelamente, incensará o governador do Paraná, Ratinho Júnior, para uma candidatura própria ao Planalto, caso Tarcísio não saia candidato. São movimentos que colocam o PSD com jogo triplo em 2025.

» » » » »

Veja bem/ Como o leitor assíduo da coluna já sabe, Lula pretende usar a reforma ministerial para já conseguir assegurar uma ampla aliança rumo a 2026. Mas não será fácil fechar esse acordo com tanta antecedência. Com as dificuldades que o país vislumbra na economia, apesar dos bons dados de crescimento e emprego, ninguém quer arriscar uma aposta antecipada no petista. Primeiro, é preciso ficar mais claro.

CURTIDAS

Bruno Spada/Câmara dos Deputados

A política é local/ Apontado como futuro presidente da Câmara, o deputado Hugo Motta (**foto**, Republicanos-PB) começou a trabalhar cedo em 2025. Primeiro, foi à posse do prefeito de sua cidade, Patos (PB). De lá, seguiu para João Pessoa, a fim de acompanhar a posse de Cícero Lucena.

O jogo de Gusttavo Lima/ Ao se apresentar para uma candidatura ao Planalto, o cantor sertanejo quer saber se tem condições de angariar votos para concorrer ao Senado em 2026. Ele tem 35 anos, ou seja, a idade mínima para disputar uma das duas vagas.

Tensão na largada/ Ato terrorista em New Orleans, explosão de veículo da Tesla em Las Vegas, disparos de arma de fogo contra pessoas que estavam na fila para entrar numa boate em Nova York. O ano começa com atos extremos e muito longe da pacificação.

DIPLOMACIA

Brasil na posse de Maduro...

Mesmo com afastamento entre Lula e o líder venezuelano, governo decide enviar embaixadora para a cerimônia em Caracas

» VICTOR CORREIA

O governo brasileiro decidiu enviar um representante de fora do primeiro escalão para a posse do presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, em Caracas. O papel caberá à embaixadora Gilvânia Maria de Oliveira, que chefia a representação diplomática brasileira no país vizinho.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva se afastou de Maduro após as eleições do ano passado, permeadas por indícios de fraude, e resolveu não comparecer à cerimônia nem mandar um de seus ministros.

A posse ocorrerá na sexta-feira da semana que vem, na capital venezuelana. O governo brasileiro não reconheceu a vitória de Maduro nas urnas, o que causou uma crise diplomática entre os países vizinhos. Apesar do distanciamento, o Planalto não rompeu a relação e mantém um canal de diálogo aberto.

Ontem, a Missão Internacional Independente de Apuração de Fatos sobre a Venezuela — ligada ao Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) — emitiu um alerta para que o governo Maduro permita protestos pacíficos e manifestações contrárias durante a posse "sem medo de represálias". A entidade também reforçou o pedido para que todos os opositores presos sejam libertados.

Maduro foi reconduzido para o seu terceiro mandato em 28 de julho, após ter firmado compromisso com a comunidade internacional para realizar eleições livres. Os Acordos de Barbados foram assinados com mediação do Brasil. Porém, semanas antes do pleito, o regime Maduro voltou a perseguir opositores e impedir os principais líderes de participar das eleições.

O chavista disputou contra Edmundo González e foi declarado vencedor pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE). O órgão, porém, é comandado por seus aliados e foi acusado de fraude no resultado, pela oposição e por observadores internacionais.

A vitória de Maduro foi reconhecida imediatamente por nações, como a Rússia e a China, mas grande parte dos países demonstrou preocupação com as acusações de irregularidades e pediu a divulgação das atas eleitorais, que comprovariam o triunfo do chavista. Os documentos nunca foram divulgados.

Após o pleito, Maduro endureceu ainda mais a repressão e prendeu mais de 2.500 pessoas em protestos por todo o país. Brasil, Colômbia e México tentaram negociar uma saída política para a crise e propor a realização de novas eleições, mas não tiveram sucesso.

Em outubro, a crise com o governo Lula se acirrou após o Brasil barrar a entrada da Venezuela como membro parceiro do Brics. O governo venezuelano acusou o Itamaraty de se "intrometer" em seus assuntos e chamou o episódio de uma "agressão descarada e grosseira".

Desde então, a crise arrefeceu. O embaixador venezuelano Manuel Vadell, que havia sido chamado de volta por Maduro, retornou a Brasília em novembro.

O Brasil também será representado por uma embaixadora, Maria Luiza Viotti, na posse do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, em 20 de janeiro. A diplomata chefia a embaixada brasileira em Washington. No caso americano, porém, o procedimento é praxe e é raro haver convites para chefes de Estado.

AFP

Autoridades eleitorais proclamaram Nicolás Maduro reeleito, sem divulgação de detalhes da votação

» Comitê prepara cúpula do Brics

O Rio de Janeiro sediará, em julho, o encontro de cúpula do Brics, mas a cidade já está sendo preparada para receber o principal fórum de articulação política do Sul Global. A prefeitura criou o Comitê Rio Brics para coordenar atividades e projetos relacionados à presidência brasileira do grupo e elaborar um calendário de eventos ao longo do ano. Assim como foi feito no âmbito do G20 em 2024, este ano, o Brasil é responsável por organizar e coordenar reuniões de grupos de trabalho temáticos, antes do encontro dos chefes de Estado do Brics. Mais de 100 reuniões oficiais estão previstas entre fevereiro e julho deste ano, mas todas em Brasília. Por enquanto, apenas o encontro de Cúpula está confirmado para o Rio. **(Com Agência Brasil)**

... que tenta capturar opositor exilado

As autoridades da Venezuela oferecem uma recompensa de US$ 100 mil (R$ 615 mil) por informação que leve à captura do opositor exilado Edmundo González Urrutia, que afirma ter vencido Nicolás Maduro nas eleições do ano passado, segundo um aviso policial divulgado ontem.

"Procurado. Ordem de captura. Recompensa: 100.000 $", diz um cartaz publicado pela polícia científica nas redes sociais com a foto de González Urrutia, que se exilou na Espanha em setembro, embora tenha prometido voltar ao país para tomar posse em 10 de janeiro no lugar de Maduro.

Fontes judiciais confirmaram à AFP que o cartaz será afixado em aeroportos e postos de controle policial em todo o país.

Em 20 de dezembro, a Espanha concedeu asilo político a González Urrutia, acusado pelo Ministério Público venezuelano de crimes como "conspiração" e "associação para delinquir".

O cartaz divulgado pelo Corpo de Investigações Penais, Científicas e Criminalísticas (CICPC) é dirigido a "toda pessoa que tenha conhecimento" sobre o "paradeiro" do opositor.

As autoridades eleitorais proclamaram Maduro reeleito para um terceiro mandato consecutivo de seis anos (2025-2031), sem divulgar, até o momento, detalhes da votação. A oposição, no entanto, denuncia fraude e reivindica a vitória de González Urrutia.

Protestos

A proclamação da vitória de Nicolás Maduro gerou protestos e confrontos com as forças de segurança, que deixaram 28 mortos e cerca de 200 feridos.

Mais de 2.400 pessoas foram detidas nos protestos pós-eleitorais, acusadas, principalmente, de terrorismo e incitação ao ódio, e presas em centros de alta segurança.

Entre os detidos, três morreram sob custódia e cerca de 1.400 foram soltos em liberdade condicional.

Em seu último relatório, a Missão Internacional Independente de Verificação de Fatos sobre a Venezuela documentou a "repressão violenta" dos protestos pós-eleitorais.

"O aparelho repressivo continua totalmente operacional", disse um dos especialistas que integram o grupo, Francisco Cox, em comunicado ontem.